

A coerência na promoção de leitura crítica

Thelma Belmonte

mestre em Letras pela UFSC

1. INTRODUÇÃO

O nosso país já vive um franco clima de disputa eleitoral para a sucessão de FHC. Em recente artigo da revista *Veja* (edição 1715, p. 40, 29 de agosto de 2001), o ex-presidente Itamar Franco aparece junto a Ciro Gomes e Leonel Brizola, em uma primeira tentativa de união de forças de oposição:

O curioso é que Itamar é o pai do Plano Real, viga mestra da política econômica em vigor, e até se irrita quando lhe negam essa paternidade. Por coerência, poderia ter reparos a fazer, mas fica difícil entender como rejeita em bloco tudo o que sua própria gestão fez.

Analisando o trecho do texto da renomada revista, perguntamos: Como a noção de ‘coerência’, que permeia os discursos dos vários atores do tecido social, pode contribuir para a compreensão dos atos sociais?

O presente trabalho tentará, ao término de suas considerações, apresentar sugestões que satisfaçam, mesmo que parcialmente, tal questionamento. O objetivo central será tecer considerações em relação à coerência como parte constituinte de um texto, levantando a sua importância na leitura crítica do discurso (LCD).

Para tanto, apresentaremos inicialmente uma breve exposição teórica a respeito de conceitos de ‘texto’ e ‘discurso’, a partir dos trabalhos de Halliday & Hasan (1976, 1989), Halliday (1985), Kress (1989) e Fairclough (1992a, 1995), que se encontram dentre os estudiosos que vêem o texto não apenas como fenômeno lingüístico mas também como fenômeno sociocognitivo.

Em seguida a essa exposição preliminar, apontaremos relevantes abordagens teóricas sobre ‘coerência’, um dos princípios de constituição e interpretabilidade de um texto, baseadas nas obras de de Beaugrande & Dressler (1981), Brown & Yule (1983), Charolles (1983, 1989), Koch & Travaglia (1990) e Shiro (1994). Visto isso, apresentaremos alguns pressupostos teóricos concernentes à LCD, sob os conceitos de Fairclough (1989, 1992a, 1992b, 1995), Wallace (1989) e Luke (1995). Por fim, encerraremos o trabalho fazendo dialogar os conceitos de LCD e coerência ora apresentados, em uma tentativa de elucidar quão significativo é o desenvolvimento da percepção da coerência através de uma postura crítica na leitura, partindo da premissa que o texto é uma representação lingüística através da qual manifestam-se práticas, valores e significados de diferentes grupos sociais.

2. O TEXTO E O DISCURSO

Os textos tornaram-se objeto de preocupação e interesse desde a Antigüidade Clássica. Mais recentemente, tornaram-se escrutínio de diferentes áreas de conhecimento como a antropologia, sociologia e psicologia. A lingüística textual, por sua vez, elegeu o texto como objeto de análise para estudar as diferentes manifestações da linguagem que as gramáticas de frase não davam conta e deixavam lacunas no tratamento de fenômenos lingüísticos que transcendem os limites do enunciado. Vários conceitos têm sido apresentados para explicar como textos são identificados como tal. Os por nós abordados neste trabalho atribuem à linguagem, também um caráter social.

Uma das definições de texto mais influente é a oferecida por Halliday & Hasan (1976, pp. 1 e 2), que definem o texto como “uma unidade de língua em uso ... e não é definido por seu tamanho ... Um texto é melhor considerado como uma unidade semântica: uma unidade não de forma e sim de significado. ... Um texto tem **tessitura** e é isso que o distingue de um não-texto. Essa tessitura é obtida pelo fato do texto funcionar como uma unidade em relação ao seu ambiente” (minha tradução). Um texto, então, é mais que a soma de períodos ou orações; é uma unidade semântica completa que contém em sua realização certas características lingüísticas que contribuem para a sua unidade total e lhe imprimem tessitura. A tessitura, por sua vez, advém de relações coesivas, que, a seu turno, contribuem para a coerência textual. Os autores atribuem ao conceito de tessitura a propriedade de garantir que um texto seja um texto, devido aos princípios de conexão que unem um texto e promovem a interpretação.

Em uma versão posterior, Halliday & Hasan (1989) acrescentam ao critério da tessitura o de ‘estrutura’, “Textos são caracterizados pela unidade de sua estrutura e pela unidade de sua textura” (p. 117; minha tradução). Conta-se como estrutura, a organização das sentenças de acordo com uma formatação textual reconhecida (p. ex., seqüência cronológica) e com as relações oracionais (p. ex., causa-efeito). Com a inclusão de ‘estrutura’ ao conceito anterior, os autores tentam abarcar elementos tanto da microestrutura quanto da macroestrutura para sugerir como um texto se torna ‘completo’ e pode ser julgado coerente. A esse conceito ampliado de texto, Halliday & Hasan (ibid.) também incluem uma dimensão social.

O texto é considerado pelos autores como um exemplo de linguagem em uso, que tem papéis específicos em contextos de situações específicas. É uma realização lingüística essencialmente semântica que deve ser abordada sob duas perspectivas: a de produto e a de processo. É um produto quanto à realização lingüística dos indivíduos, e é um processo quanto às escolhas semânticas conforme o contexto da situação. Alinhando-se a esse entendimento, um texto é uma unidade semântica complexa entrelaçada que resulta de um processo multidimensional e reflete uma realização sócio-semântica acima da linguagem. Os textos são produzidos e ganham sentido dentro de práticas discursivas e sociais específicas (Halliday, 1985; Halliday & Hasan, 1989). A essa altura, vale partirmos para a relação ‘discurso e texto’ de modo que o pano de fundo para a temática ‘coerência’, na próxima seção, esteja disponível.

Para tal, contaremos com os conceitos de Kress (1989) e Fairclough (1992a, 1995) sobre a relação discurso e texto. Inicialmente, é preciso ter em mente que um indivíduo é um agente social que faz parte de uma rede de relações sociais que acontecem em lugares e com grupos sócio-culturais específicos. Também é preciso lembrar que cada grupo social é regido por um conjunto de instituições que têm suas práticas, valores e significados que, por sua vez, exercem influência sobre os participantes desses grupos. Por fim, as práticas, valores e significados de

cada grupo social são expressos e articulados principalmente através da linguagem. Segundo os autores, o *discurso* é o conjunto de afirmações que, articuladas através da linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições, e o *texto* é a realização lingüística na qual se manifesta o discurso

É lícito concluir, portanto, que o texto é uma entidade física, uma produção lingüística de um ou mais indivíduos, e que o discurso é o conjunto de princípios, valores e significados subjacentes ao texto. Kress (1989) afirma que é o discurso que organiza o texto e até estabelece quais os tópicos, objetos ou processos que serão abordados e de que maneira serão organizados. A importância desse panorama neste trabalho é que, se um texto reflete determinados discursos e, portanto, espelha as maneiras de comunicação de diferentes instituições que regulam a comunidade onde o indivíduo está inserido, é mister contemplar criticamente as partes que integram um texto para que o leitor, como agente social, possa adquirir uma perspectiva e reflexão mais cuidadosa sobre como os textos podem intervir no fluxo aparentemente natural da vida institucional.

Nosso objetivo agora, dentro das perspectivas acima referendadas, é analisar como a noção de coerência pode contribuir para uma postura crítica em relação ao texto. Segue-se, então, uma sucinta exposição em relação à temática central deste trabalho.

3. ALGUNS ASPECTOS DA COERÊNCIA TEXTUAL

A coerência como fenômeno é tão ampla que se torna difícil apresentar um conceito que dê conta de todas as suas particularidades. Pretendemos, então, contemplar traços relevantes da coerência que possam nos dar subsídios para a reflexão sobre a interpretabilidade de textos na perspectiva geral de linguagem como prática social. A abordagem terá como ponto de vista o receptor leitor, pois é através da leitura de texto escrito que conduziremos nossa observação para relacionar a coerência e a LCD.

De modo geral, leitores raramente têm dificuldade quanto a um julgamento sobre a relativa coerência de um texto. Contudo, quando são questionados sobre o que torna um texto mais coerente que outros, seus critérios variam bastante (Davies, 1995). De acordo com os pressupostos de Halliday & Hasan (1976, 1989), abordados na *seção 2* deste trabalho, a coerência de um texto é uma função da estrutura e tessitura textual, elementos que tornam um texto um texto, o qual representa práticas sociais. Dessa noção, nos serviremos oportunamente de sua dimensão social, pois a atribuição à tessitura e à estrutura textual como fatores determinantes de constituição de um texto e, conseqüentemente da coerência, é deveras limitada devido à abrangência reticular e não-linear da coerência.

Brown & Yule (1983), através de análise detalhada de vários trechos de textos, demonstram que a tessitura de Halliday & Hasan (1976) não garante a identificação de um texto como texto e tampouco a coerência textual. Segundo eles, o leitor tentará construir uma imagem coerente dos eventos descritos ao invés de trabalhar com as conexões verbais isoladas para realizar a interpretação textual. À interpretação, o leitor trará sua noção de estrutura sentencial,

de formatação textual padronizada, de conexões lexicais e, quando esses últimos se fizerem ausentes, também, contará com princípios de contigüidade para preencher as lacunas entre as sentenças.

A essa idéia de contigüidade, porém em um sentido mais amplo, vale a pena mencionarmos a de *continuidade de sentidos* apresentada por de Beaugrande & Dressler (1981). Para os autores, a coerência é definida em função da continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados através do texto, para satisfazer um ato comunicativo. Essa continuidade estabelece uma certa coesão conceitual cognitiva elaborada tanto pelo produtor como pelo receptor do texto. A descontinuidade, por outro lado, não é considerada como um conjunto aleatório de frases sem condições de formar um texto. Ela também pode ser usada como recurso na construção de texto. A coerência, então, segundo eles, se estabelece na interação do produtor e do receptor em uma dada situação comunicativa.

Quanto à interação dos interlocutores, Koch & Travaglia (1990) fazem lembrar que tanto aquele que produz quanto o que recebe um texto, age cooperativamente tentando atribuir-lhe sentido e, portanto, calculando sua coerência. Conforme os autores, quem produz o texto pretende realizar um ato comunicativo e quem recebe aceita a seqüência como texto e tenta determinar-lhe sentido. Para que isso aconteça, o receptor ativa seu conhecimento de mundo trazendo à tona seu mundo textual e tenta estabelecer as ligações não explícitas entre os elementos do texto através de inferências, para torná-lo coerente.

Antes de abordarmos os termos *conhecimento de mundo*, *mundo textual* e *inferências* acima citados, façamos um leve desvio para o Princípio da Cooperação de Grice (1975) e suas máximas, de modo que tenhamos um quadro mais completo em relação à atitude cooperativa, citada por Koch & Travaglia (1990).

O Princípio da Cooperação se constitui na tentativa de explicar as linhas gerais que determinam a lógica da interação por meio da linguagem. Ele tenta explicar, por exemplo, como pode-se dizer uma coisa e, realmente, querer dizer outra coisa, diferente daquilo que foi dito literalmente. O Princípio da Cooperação é uma espécie de contrato velado entre os interlocutores, quando estes participam de uma interação e tendem a contribuir conforme a exigência da interação ou do sentido em que a interação se desenvolve, seguindo as máximas de: *qualidade* (dizer a verdade), *quantidade* (informação suficiente), *relevância* (informação relevante), e *modo* (informação clara). Entretanto, nem sempre as máximas são obedecidas e, o objetivo de tal desobediência é provocar *implicaturas*, ou seja, significados inferidos por meio de cálculos mentais. Através desse cálculo mental, o leitor faz inferências conforme sua visão de mundo e com base nos discursos com os quais convive e dá um sentido coerente ao texto. Acontece, também, que nem sempre as máximas são seguidas de modo cooperativo, dificultando, nesse caso, a comunicação ou tornando-a impossível, pois o receptor não consegue inferir o que era pretendido,.

Pelo que vimos até então, a coerência está ligada à possibilidade de estabelecer um sentido ao texto, podendo ser entendida como um princípio de interpretabilidade de texto, levando em conta seu o sentido global. Para abordarmos a questão da interpretabilidade, voltemos agora ao ponto onde citamos Koch & Travaglia (1990), logo acima.

Os autores mencionam as ativações de *conhecimento de mundo* e de *mundo textual* e a realização de *inferências* quando um receptor busca compreender e interpretar uma seqüência lingüística, estabelecendo-lhe sentido e, por sua vez, coerência. A esses fatores, e também

ligado à ação cooperativa, incluem o *conhecimento partilhado*, que passaremos a expor na seqüência.

O conhecimento de mundo é aquele que adquirimos à medida que vivemos, baseado no mundo que nos cerca e nas experiências que vivenciamos. São armazenados em blocos na nossa memória. Ele é de crucial importância para o estabelecimento da coerência porque, se o texto apresenta assuntos desconhecidos pelo receptor, este não conseguirá calcular-lhe sentido, nem coerência. Acredita-se, então, que esse conhecimento de mundo deve ser partilhado pelo produtor e pelo receptor do texto, caso contrário, o receptor não conseguirá estabelecer as relações não explícitas entre os elementos do texto através de inferências, nem tampouco estruturar o texto quanto a informações tidas como novas ou dadas. É lícito deduzir, portanto, que quanto maior for o conhecimento partilhado, maior será a capacidade do receptor de preencher as lacunas através de inferências (Koch & Travaglia, *ibid.*, p. 64).

Além da importância dos conhecimentos de mundo e partilhado supracitados, também o mundo textual é importante porque através dele o receptor constrói um modelo de mundo que é representado em cada texto. Esse é o chamado mundo textual, que é uma recriação de mundo, baseada em conhecimentos que já temos, sob determinadas ótica e objetivo, e que darão subsídios para os sentidos das palavras e expressões de um texto, colaborando na construção da coerência.

Para Koch & Travaglia (*ibid.*), a ativação dos conhecimentos de mundo e partilhado e a criação do mundo textual auxiliam o receptor a estabelecer um sentido para as relações não explícitas no texto. Essa operação de compreensão e interpretação para tornar um texto coerente, é a inferência que o receptor realiza.

Numa linha semelhante de raciocínio, colocamos a posição de Shiro (1994) que também aponta a inferência como produtora de coerência textual. Segundo a autora, a inferência não está presente no texto, mas advém da interpretação textual e fornece informações necessárias adicionais à informação textual para criar um novo significado. Assim, o leitor constrói um mundo textual através das informações textuais e das inferências, para formar um todo coerente. Shiro (*ibid.*) conclui que a coerência não é uma característica textual, mas sim o resultado de um processo interpretativo que depende da relação e propósitos do leitor com o texto – ao que ela inclui as máximas de Grice (1975), identificação do contexto, decodificação de sinais lingüísticos, conhecimento de mundo e capacidades cognitivas.

Charolles (1983) aborda a coerência também como um princípio de interpretabilidade, não sendo um problema tipicamente lingüístico ou exclusivamente textual, e que depende da capacidade do usuário em recuperar o sentido do texto. Inicialmente, o autor aplica esse princípio de interpretabilidade às ações humanas e, posteriormente, a do discurso, pois considera o discurso como resultado de uma série de atos de enunciação. A análise que ele faz sobre o papel da coerência na interpretação das ações humanas engloba tanto a produção quanto a recepção das mesmas.

O autor nos coloca que qualquer ação verbal é produzida com a intenção de significar algo para alguém. O receptor de uma mensagem deve analisá-la a fim de compreender, deduzir e justificar a intenção comunicativa deliberada do produtor. Todavia, o receptor pode entender as ações mas não perceber a intenção global, ou a coerência da série de ações. Para resolver esse problema, ele sugere que o receptor realize uma abordagem processual que formalize as operações utilizadas para interpretar e tornar um discurso coerente. Charolles (*ibid.*, p. 83)

apresenta um esquema cíclico, de natureza heurística e inventiva, que formaliza as operações processuais realizadas pelo receptor na interpretação de um discurso. O autor admite, porém, que tal esquema permite a manipulação do significado de forma indeterminada e é um risco para a interpretação.

Na tentativa de oferecer sugestões para o processo de interpretação do discurso, Charolles (1983) apresenta a interpretação *complementar*, quando provém da coerência mínima (ou suplementar) que só indica uma continuidade e a interpretação *global*, que explica essa continuidade e que forma a coerência explanativa. O autor ainda sugere que uma análise dos marcadores de coesão pode contribuir para determinar quais contribuem para a coerência suplementar e quais favorecem as ligações explanatórias. Contudo, observa que a coesão ajuda a estabelecer a coerência na interpretação dos textos, mas nem sempre é necessária, nem suficiente para garantir textos coerentes. Haverá necessidade do receptor recorrer a conhecimentos exteriores ao texto, tais como dos interlocutores, do conhecimento de mundo, das normas sociais dentre outros.

Em outro artigo, Charolles (1989) também aborda a função de marcadores no discurso na promoção da interpretação, com ênfase na produção discursiva, mas que não exclui o receptor. Nesse artigo Charolles (ibid.) mantém que a coerência não é uma propriedade inerente dos discurso, mas que é construída pelos interpretadores que determinam uma configuração aceitável das relações entre os indivíduos e as situações apresentadas pelas ocorrências discursivas.

Tal configuração é construída observando-se os marcadores presentes no discurso, utilizados para sinalizar apenas um esquema relacional. O receptor tem, então, que preencher esse esquema com componentes discursivos para ter acesso à forma com que o produtor liga os indivíduos e/ou as situações. O produtor, por sua vez, é quem calcula as indicações relacionais relevantes para que a coerência de seu discurso seja captada pelo receptor, facilitando-lhe, assim, a tarefa da interpretação.

A essa estratégia, o autor denomina *gerenciamento inteligente* que pressupõe um processo de decisão, estratégias de emissão e de interpretação inteligentes para atingir uma meta. Existe nesse gerenciamento um plano comunicativo e a representação das habilidades interpretativas do receptor. As interpretações do receptor, conforme as apresentações de informações do produtor, podem ser transparentes (ocorre o conhecimento partilhado) ou opacas (os interlocutores não compartilham do mesmo universo). Nesse último caso, o receptor é obrigado a reconsiderar sua estratégia interpretativa para poder preservar a coerência.

Para clareza da exposição feita nessa seção mas também, e sobretudo para alinhavarmos as questões abordadas até agora com a parte subsequente e final desse trabalho, apresentaremos, a seguir, um resumo das principais questões abordadas.

Em linhas gerais, dentre as idéias dos autores supracitados, podemos afirmar que a coerência não é uma característica inerente ao texto, mas deve ser percebida como um princípio de interpretabilidade decorrente de uma multiplicidade de fatores de diversas ordens, que ocorrem na interação do produtor e receptor em uma dada situação comunicativa. Nessa interação, podemos incluir a ocorrência, mesmo que parcial, das máximas de cooperação, as quais os autores, por mais que refiram-se a elas de formas diversas, são necessárias para a produção e recepção de um ato comunicativo. Outros fenômenos também observados, mesmo com diferentes denominações, e necessários para a interpretação e conseqüente coerência, são

a ativação de conhecimento de mundo, a correspondência de conhecimento partilhado, a construção de um mundo textual e a realizações de inferências. Os autores também citam o papel da coesão no processo interpretativo e, apesar de sua importância, consideram-na nem indispensável, nem suficiente para produzir a coerência.

Também verificou-se importante nas abordagens aqui apresentadas, a visão que se tem de um texto como um ato comunicativo que representa uma ação social que acontece em um determinado contexto. Destarte, a construção da coerência na interpretação de um texto resulta, também, na construção de sentidos dos princípios, valores e significados subjacentes ao texto, que fazem parte da sociedade onde o indivíduo está inserido. É a partir dessa dedução que passaremos à noção da LCD na próxima seção.

4. NOÇÕES DE LEITURA CRÍTICA DO DISCURSO (LCD)

Baseados nas considerações sócio-semânticas de texto e discurso apresentadas na *seção 2* deste trabalho, e para retomar essa linha de pensamento, podemos resumidamente afirmar que um texto é uma produção lingüística que representa práticas discursivas específicas e que ocorre dentro de um contexto social específico (Halliday & Hasan, 1989). Analisar um texto, ou a linguagem em uso, não é independente da análise dos propósitos e funções da linguagem que, a seu turno, representam práticas sociais.

A LCD tem como preocupação desafiar o conteúdo ideológico dos textos, que, a seu turno, representam discursos. Discursos representam práticas sociais. Práticas sociais determinam gêneros. Gêneros apresentam escolhas lingüísticas. Escolhas lingüísticas implicam em leitor pretendido. O leitor nos remete ao indivíduo que é parte de uma estrutura social, que restringe e modela discursos, e quem deve olhar criticamente a função da linguagem na transmissão de sua mensagem (Wallace, 1989).

Fairclough (1992b) nos coloca a leitura como prática social e os leitores como agentes sociais que precisam desenvolver e incorporar a sua prática de leitura uma consciência crítica da linguagem e de práticas discursivas. Com isso, terão bases não só para críticas e resistência, mas também, e principalmente, para transformação, reconstrução e construção de cidadania democrática.

A LCD tem como interesse o desenvolvimento de uma consciência sobre o papel da linguagem e do poder, pois não podemos dissociar a produção lingüística daquilo que ela representa e reflete. O estudo do poder, nesse âmbito, é para estabelecer como ele é legitimado, negociado e contestado para fins políticos (Fairclough, 1989).

Segundo Fairclough (1992a), a questão de poder tem estreitas relações com ideologias, pois surge em sociedades onde há relações de domínio, seja de classe, de sexo ou cultural, dentre outras. Ideologia significa, também maneiras de ver o mundo e construir realidades. A esse panorama da linguagem, poder e ideologia, o autor acrescenta o conceito de hegemonia. Por hegemonia ele entende um equilíbrio instável de liderança e dominação através de relações ideológicas, culturais, políticas e econômicas entre classes e fragmentos de classes. Com essa base, Luke (1995) atribui ao discurso uma função hegemônica, que tem por meta principal ser considerado uma forma de senso comum, e que tem sua função naturalizada através de seu aparecimento em textos cotidianos nas práticas sociais diárias. Essas considerações estão

sendo levantadas aqui só para que possamos ter um alcance da extensão do assunto onde estamos inserindo esse trabalho, pois não cabe, nesse momento, uma abordagem mais profunda do tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tem como objetivo final uma reflexão sobre a prática pedagógica do ensino da leitura. Vemos a leitura como um processo social que pode promover ou inibir a capacitação de indivíduos. Acreditamos que o ensino de uma leitura crítica seja parte do processo de desenvolvimento e ampliação da consciência do indivíduo e seu papel na sociedade. A postura crítica na leitura pode ajudar o indivíduo adquirir uma reflexão mais cuidadosa e uma perspectiva crítica em relação aos atos sociais em que está inserido.

A inclusão do estudo da coerência junto à LCD é justamente pelo princípio de interpretabilidade que o rege. Percebemos que a noção de coerência exerce um papel fundamental para a compreensão e interpretação de textos. Logo, se a LCD tem como objetivo a compreensão e interpretação da real intenção do texto, é lícito concluirmos que o ensino da coerência deve ser incluído como item indispensável para o desenvolvimento de postura crítica em aulas de leitura. Acreditamos, também, que essa nossa conclusão sirva para respondermos o questionamento primeiro desse trabalho.

Referências bibliográficas:

BROWN, G. & YULE, G. 1983. *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

CHAROLLES, M. 1983. Coherence as a principle in the interpretation of discourse. In: T. A. VAN DIJK (Ed.), *Text*. Vol. 3 (1). Amsterdam: Mouton Publishers. pp. 71-97.

_____ 1989. Coherence as a principle in the regulation of discursive production. In: W. HEYDRICH, F. NEUBAUER, J. PETÖFI, & E. SÖZER (eds.). *Connexity and coherence*. Berlin: De Gruyter.

DAVIES, F. 1995. *Introducing reading*. London: Penguin English Group.

de BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. U. 1981. *Introduction to text linguistics*. London: Longman.

FAIRCLOUGH, N. 1989. *Language and power*. London: Longman.

_____ 1992a. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press.

_____ 1992b. *Critical language awareness*. London: Longman.

_____ 1995. Language and ideology. *Critical discourse analysis: The critical study of*

language. London: Longman. pp 70-83.

GRICE, H. P. 1975. Logic and conversation. In: P. COLE; J. L. MORGAN (eds.) *Syntax and semantics 3: Speech acts*. New York: Academic Press. pp. 41-58.

HALLIDAY, M. A. K. 1985. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman.

_____ 1989. *Language, text and context: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press.

KOCH, I. V. & TRAVAGLIA, L. C. 1990. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.

KRESS, G. 1989. The linguistic expression of social meaning: discourse, genre and text. *Linguistic processes in sociocultural practices*. Oxford: Oxford University Press. pp. 4-32.

LUKE, A. 1995. Text and discourse in education: an introduction to critical discourse analysis. In: M. W. APPLE (ed.) *Review of research in education*. Washington, DC: American Educational Research Association. pp. 3-47.

SHIRO, M. 1994. Inferences in discourse comprehension, In: M. COULTHARD (org.) *Advances in written text analysis*. London: Routledge. pp. 167-178.

WALLACE, C. 1989. Critical literacy awareness in the EFL classroom. In: N. FAIRCLOUGH. *Language and power*. London: Longman. pp. 59-81.

Endereço para contato e correspondência:

CEFET-PR Unidade de Pato Branco

Via do Conhecimento, km 1

85503-390 Pato Branco – PR

e-mail: belmonte@onda.com.br

